

PORTARIA N. 7, de 24 de julho de 2018

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N. 078.2018.208

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO que este Procurador tomou conhecimento de situações que, caso confirmadas, representarão graves irregularidades administrativas que contrariam os princípios da moralidade e da legalidade, notadamente a cumulação ilegal de cargos públicos;

CONSIDERANDO os indícios de que Wendell Almeida Prates desempenhou/desempenha atividades em aparente conflito de interesses, quais sejam os cargos de Assessor Jurídico da Câmara Municipal e da Prefeitura do Município de Coração de Jesus;

CONSIDERANDO que, conforme apurado em diligências internas, o indiciado ocupou concomitantemente 03 cargos incompatíveis, quais sejam, Procurador Jurídico na Câmara Municipal de São João do Pacuí, Assessor Jurídico do Poder Legislativo Municipal e Assessor Jurídico do Poder Executivo do Município de Coração de Jesus;

CONSIDERANDO os indícios de inexistência da real contraprestação dos serviços exigidos dos ocupantes de tais cargos.

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição República e no art. 2º, II, da Resolução n. MPC-MG N. 07/2013, INSTAURAR o presente **INQUÉRITO CIVIL**, determinando, desde logo, a expedição de ofícios:

- a) ao atual Prefeito de Coração de Jesus, **requisitando:**
 - a.1) cópia dos atos de Nomeação, de Posse e de Exoneração (se houver) de todos os cargos exercidos no Poder Executivo de Coração de Jesus por Wendell Almeida Prates;
 - a.2) cópia da legislação que rege o(s) cargo(s) ocupado(s), definindo sua jornada, remuneração, natureza e atribuições;
- b) ao atual Presidente da Câmara Municipal de Coração de Jesus, **requisitando:**
 - b.1) cópia dos atos de Nomeação, de Posse e de Exoneração (se houver) de todos os cargos exercidos no Poder Legislativo de Coração de Jesus por Wendell Almeida Prates;
 - b.2) cópia da legislação que rege o(s) cargo(s) ocupado(s), definindo sua jornada, remuneração, natureza e atribuições;

- c) ao atual Presidente da Câmara Municipal de São João do Pacuí, **requisitando:**
c.1) cópia dos atos de Nomeação, de Posse e de Exoneração (se houver) de todos os cargos exercidos no Poder Legislativo de São João do Pacuí por Wendell Almeida Prates;
c.2) cópia da legislação que rege o(s) cargo(s) ocupado(s), definindo sua jornada, remuneração, natureza e atribuições.

Fixo o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento da diligência, consoante autoriza o art. 26, I, “b”, da Lei n. 8.625/1993.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 24 de julho de 2018

Glaydson Santo Soprani Massaria
Procurador do Ministério Público de Contas